

# ADAM SMITH EM PEQUIM

## ORIGENS E FUNDAMENTOS DO SÉCULO XXI

### GIOVANNI ARRIGHI

*Adam Smith em Pequim* faz um balanço crítico da literatura desenvolvida nos Estados Unidos nos últimos anos, sobre a questão do possível — e mais ou menos próximo — estabelecimento da hegemonia da China sobre o sistema mundial e suas implicações nos mais diversos campos da política.

Ilustrações de Theotônio dos Santos

As consequências da ascensão da China são grandiosas. Já se pode falar no rescaldo dos Estados Unidos, como o Japão ou Taiwan nem a China — e, mais tarde, o Brasil, como Hong Kong e Singapura, em sua condição anterior à chegada do comércio — no norte americano e o que, no entanto, de certas indústrias, ainda dependa das exportações americanas e o poder econômico e dependem igualmente da importância de investimentos chineses para as atividades que, por parte da China, de modo algum, não é meramente

o fracasso do Projeto para o Novo Século. Não é, portanto, o sucesso do desenvolvimento econômico chines, tomado mais provável do que nunca, nos quase dois séculos e meio desde a publicação de *A riqueza das nações*, a concretização da ideia de Adam Smith de uma sociedade mundial de mercado, baseada em uma maior igualdade entre as civilizações.

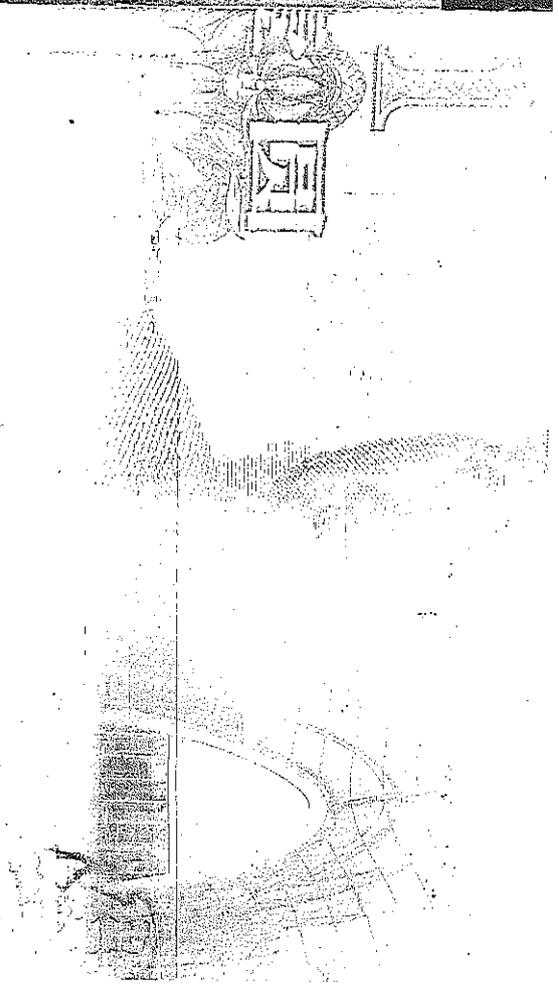
Giovanni Arrighi



ISBN 978-85-7339-113-2  
9 788573 391132

EDITORA  
LUTETIA

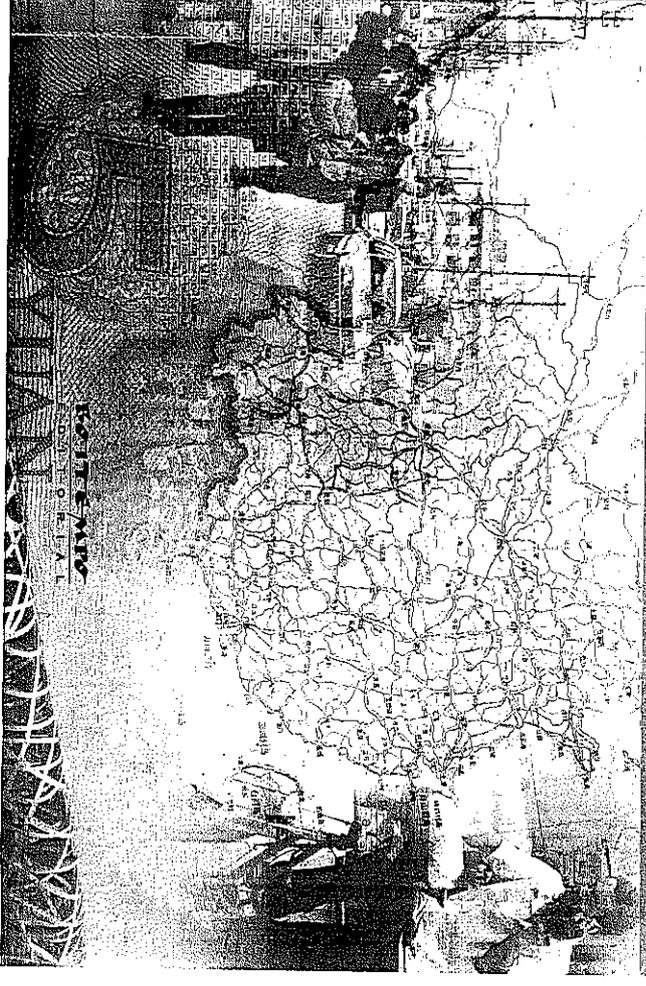
# ADAM SMITH EM PEQUIM GIOVANNI ARRIGHI



# ADAM SMITH EM PEQUIM

## ORIGENS E FUNDAMENTOS DO SÉCULO XXI

### GIOVANNI ARRIGHI



EDITORA  
LUTETIA

Adam Smith em Pequim  
Ell

cola e secundário realizado por mulheres, crianças e idosos reduziu o custo operacional da produção das unidades domésticas e deu-lhes vantagem competitiva em relação às unidades capitalistas maiores, que usavam mão de obra contratada. No entanto, para Huang, o quase desaparecimento, depois do século XVII, das fazendas maiores, que se baseavam em mão de obra assalariada e existiam anteriormente em regiões da China, não constitui "desenvolvimento" nem "evolução" ao longo do caminho específico da Ásia oriental, como acredita Sugihara, mas sim "crescimento sem desenvolvimento" ou "involução"<sup>99</sup>. Se, como fazem Huang e Brenner, identificamos "evolução" e "desenvolvimento" com a substituição da produção doméstica, com uso intensivo de mão de obra, pela produção em unidades que empregam mão de obra assalariada, com uso intensivo de capital, esse desaparecimento deveria mesmo ser classificado como "involucionário". Mas se deixamos em aberto a possibilidade de que a produção com uso intensivo de mão de obra venha a ter papel duradouro na promoção do desenvolvimento econômico, como imagina Sugihara, então essa classificação é injustificável. Isso leva à questão de qual é o conceito específico de desenvolvimento baseado no mercado mais útil para descrever e explicar o declínio e o ressurgimento da Ásia oriental como principal região de crescimento econômico mundial.

A questão sobre qual é exatamente a dinâmica smithiana baseada no mercado comparada com a dinâmica capitalista propriamente dita está intimamente ligada ao que foi dito acima. Ambas as Revoluções Industriais, a da Europa e a da Ásia oriental, foram casos de dinâmica smithiana, como afirmam Wong, Pomeranz, Frank e Sugihara? Ou foram experiências distintas, que conduziram a Ásia oriental à estagnação econômica e a Europa ao crescimento econômico ilimitado, como afirmam Huang e Brenner? Além disso, Sugihara indica que o caminho ocidental de desenvolvimento com uso intensivo de capital tinha seus próprios limites. Quais eram exatamente esses limites, comparados aos limites do caminho da Ásia oriental, de uso intensivo de mão de obra? São essas as questões que abordaremos nos dois próximos capítulos.

Portanto, talvez seja útil pensar nos casos de desenvolvimento econômico e industrial em termos de uso intensivo de capital e de mão de obra assistencial e de mão de obra especializada.

<sup>99</sup> Phillip C. C. Huang, "Development or Involution in Eighteenth-Century Britain and China?" p. 514, 534.

## A SOCIOLOGIA HISTÓRICA DE ADAM SMITH

Sociedade de U.S. - div. de trabalho  
- propriedade privada e uso da terra  
- vontade sobre natureza  
- liberdade etc.  
- separação social

Se os economistas tiveram algo a dizer sobre o tema do desenvolvimento econômico, "foi só porque não se restringiram à teoria econômica, mas estudaram, via de regra de modo bastante superficial, a sociologia histórica ou fizeram suposições sobre o futuro econômico". A guisa de ilustração, Joseph Schumpeter prossegue e lista "divisão do trabalho, origem da propriedade privada da terra, aumento do controle sobre a natureza, liberdade econômica e segurança social" como "elementos mais importantes para a constituição da 'sociologia econômica de Adam Smith'". Todos esses elementos, acrescentou, "dizem claramente respeito ao arcabouço social do curso econômico dos acontecimentos, não a alguma espontaneidade imamente deste último".

A afirmação de Schumpeter visava distinguir entre a preocupação tradicional da teoria econômica com os movimentos para o equilíbrio, ou em torno dele, e a sua própria preocupação com o desenvolvimento econômico, entendido como "perturbação do equilíbrio [...] espontânea e descontínua, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio antes existente". A separação entre "estática" e "dinâmica" permitiu aos teóricos econômicos, mais notadamente J. B. Clark, ver que os elementos dinâmicos, como aumentos de capital e de população ou mudanças na técnica e na organização produtiva, perturbam os equilíbrios estáticos. Contudo, esses elementos dinâmicos permaneceram exógenos, fato sem explicação na teoria econômica. Na opinião de Schumpeter, essa metodologia teve alguma justificativa

<sup>1</sup> Joseph Schumpeter, *The Theory of Economic Development*, p. 59-60, nota (ed. Bras.: *Teoria do desenvolvimento econômico*).

Schumpeter discute a ideia de separação social e a ideia de equilíbrio econômico.

no caso dos aumentos de capital e de população, mas não no caso das mudanças da organização técnica e produtiva. Estas se originaram dentro do próprio processo econômico e, portanto, tinham de ser tratadas como fontes endôgenas de desenvolvimento econômico. Essa abordagem é paralela à de Marx, para quem "há um desenvolvimento econômico interno, e não mera adaptação da vida econômica à mudança dos dados". Entretanto, como Schumpeter prontamente admitiu, sua análise "cobre apenas uma pequena parte do terreno [de Marx]"<sup>2</sup>.

A preocupação metodológica de Schumpeter com a deficiência da teoria econômica tem muita relação com a importante distinção entre dois tipos diferentes de desenvolvimento econômico baseado no mercado. Um tipo ocorre dentro de dado arcabouço social; aproveita o potencial oculto de crescimento econômico desse arcabouço, mas não altera de modo fundamental o arcabouço propriamente dito. Podem ocorrer mudanças fundamentais do arcabouço social capazes de aumentar ou reduzir o potencial de crescimento econômico. Mas elas nascem de processos e ações de natureza não econômica, e não dentro do processo de crescimento econômico. Esse tipo de desenvolvimento corresponde em geral mas de modo algum exatamente às noções de crescimento smithiano, Revolução Industrial e desenvolvimento não capitalista baseado no mercado que encontramos repetidas vezes no capítulo 1.

Em contrapartida, o segundo tipo de desenvolvimento econômico com base no mercado tende a destruir o arcabouço social dentro do qual ocorre e a criar condições (não necessariamente concretizadas) para o surgimento de novos arcabouços sociais com potencial de crescimento diferente. O arcabouço social também pode mudar por outras razões além da dinâmica interna do processo econômico. Nesse caso, contudo, as mudanças nascidas de processos e ações de natureza não econômica são secundárias ou subordinadas às mudanças nascidas dentro do processo econômico. Esse tipo de desenvolvimento, que chamaremos de schumpeteriano ou marxiano dependendo do contexto, corresponde também em geral, mas de modo algum exatamente, às noções de Revolução Industrial e desenvolvimento capitalista com base no mercado.

O objetivo deste capítulo é elucidar a natureza do primeiro tipo de desenvolvimento econômico como teorizado pelo próprio Smith. Vamos nos concentrar especificamente em sua concepção do mercado como instrumento de governo; da competição e da divisão do trabalho; como condições de expansão econômica que interagem mutuamente num arcabouço social estabelecido; de caminho "natural"

De acordo com a análise de Schumpeter, a natureza do desenvolvimento econômico é determinada pelo tipo de arcabouço social estabelecido. O desenvolvimento econômico é determinado pelo tipo de arcabouço social estabelecido. O desenvolvimento econômico é determinado pelo tipo de arcabouço social estabelecido. O desenvolvimento econômico é determinado pelo tipo de arcabouço social estabelecido.

e "antinatural" de desenvolvimento; e de riqueza nacional como fonte de poder nacional. As críticas de Marx e Schumpeter à concepção de desenvolvimento econômico de Smith serão examinadas no capítulo 3, que trata especificamente da tendência capitalista de superar barreiras à autoexpansão do capital por meio da destruição "criativa" (e não tão criativa assim) dos arcabouços sociais em que antes se baseava a expansão econômica. Usaremos, então, essas concepções diferentes de desenvolvimento econômico para reformular a tese de Sugihara sobre a contínua importância para a sociedade mundial do caminho de desenvolvimento iniciado pela Revolução Industrial da Ásia oriental.

### Mercado como instrumento de governo

Entre os "principais economistas do passado," Smith talvez seja "um dos mais amplamente citados e um dos mais raramente lidos."<sup>3</sup> Sendo ou não verdade, porém, ele é, ao lado de Marx, certamente um dos mais incompreendidos. Três mitos em particular cercam seu legado: de que era teórico e defensor da "autorregulação" do mercado; de que era teórico e defensor do capitalismo como motor da expansão econômica "interminável"; e de que era teórico e defensor do tipo de divisão de trabalho que se estabeleceu na fábrica de alfinetes descrita no primeiro capítulo de *A riqueza das nações*. Na verdade, ele não era nada disso.

Como Donald Winch argumentou de modo bastante abalizado, a descrição que Smith faz da economia política como "ramo da ciência do estadista ou legislador" e de sua própria contribuição como "teoria" ou conjunto de "princípios gerais" relativos à lei e ao governo, é uma caracterização exata de suas intenções e realizações.<sup>4</sup> Longe de teorizar um mercado autorregulado, que funcionaria melhor com um Estado mínimo ou sem Estado algum, *A riqueza das nações*, assim como a *Teoria dos sentimentos morais* e as não publicadas *Lectures on Jurisprudence* [Aulas de jurisprudência], pressupunha a existência de um Estado forte que

<sup>3</sup> Robert Heilbroner, "Economic Predictions", p. 73. Numa recordação pessoal, Frank nota que, como tantas vezes já se observou, "os três primeiros capítulos (dos 32) [de *A riqueza das nações*] [...] é o máximo que o imprudente leitor moderno avançara no livro. (Isso foi o máximo que tivemos no curso de Frank Knight sobre a história do pensamento econômico, na Universidade de Chicago. [...] Milton Friedman abandonou Smith quase totalmente, preferindo substituí-lo por Alfred Marshall [...]) [Instruindo-nos] a aprender com as *notas de rodapé dos Principios de economia* [...], e a relegar ao esquecimento quase todo o texto empiricamente rico e os apêndices" (Andre Gunder Frank, "On the Roots of Development and Underdevelopment in the New World: Smith and Marx vs the Weberians", p. 121; destaque do original).

<sup>4</sup> Donald Winch, *Adam Smith's Politics: An Essay in Historical Revision*. Ver também Knud Haakonssen, *The Science of a Legislator: The Natural Jurisprudence of David Hume and Adam Smith*, e Patricia Werhane, *Adam Smith and His Legacy for Modern Capitalism*.

Escritos de A.R. Pressupor um Estado forte, segundo Frank Knight.

Gravado em 2012  
de acordo com a edição original  
de Adam Smith  
A sociologia histórica de Adam Smith

criaria e reproduziria as condições de existência do mercado; usaria o mercado como instrumento eficaz de governo; regulamentaria seu funcionamento; e interviria ativamente para corrigir ou contrabalançar resultados sociais ou políticos indesejáveis. Na verdade, o objetivo da economia política de Smith era tanto "dar ao Estado [...] receita suficiente para os serviços públicos" quanto "permitir a subsistência [...] com fartura para o povo, ou mais propriamente, permitir-lhe obter [...] essa subsistência para si". Nesse esforço, as esferas em que Smith aconselhava o legislador a intervir eram multíssimas, como dar proteção contra ameaças internas e externas à segurança dos indivíduos e do Estado (polícia e defesa nacional), ministrar a justiça, prover a infraestrutura física necessária para facilitar o comércio e as comunicações, regulamentar a moeda e o crédito e educar a massa da população para contrabalançar o efeito negativo da divisão do trabalho sobre sua qualidade intelectual. Nessas e em outras esferas, o conselho de Smith ao legislador baseava-se em considerações mais sociais e políticas do que econômicas.<sup>5</sup>

A crença dogmática nos benefícios do governo minimalista e do mercado autorregulado, típica do "credo liberal" do século XIX, ou a crença igualmente dogmática no poder curativo das "terapias de choque" defendidas pelo Consenso de Washington no fim do século XX, eram totalmente alheias a Smith. Na verdade, ele provavelmente concordaria com a tese de Karl Polanyi de que tais crenças são utópicas e impraticáveis. Esperar que a total liberdade de comércio se estabelecesse na Grã-Bretanha parecia-lhe "tão absurdo quanto esperar que alguma Oceana ou Utopia venha a se instalar nela". E nem essa liberdade total ("perfeita liberdade", como às vezes ele a chamava) seria condição necessária para a prosperidade econômica. "Se nenhuma nação puder prosperar sem o gozo da perfeita liberdade e da perfeita justiça, então não há no mundo nação que já tenha prosperado." E embora Smith nunca deixasse dúvidas de que era favorável à liberalização do comércio, opunha-se com todo o vigor a tudo que lembrasse as terapias de choque das décadas de 1980 e 1990. Se grandes setores da economia fossem afetados, a mudança "jamais deve se impor de repente, mas de sim modo lento, gradual e depois de muito aviso". Deveria haver cuidado especial para reinar a proteção de setores que empregassem "grande número de mãos" ou do comércio de subsistência que despertasse forte reação popular. Na verdade, neste último caso "o go-

Adem Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* [traduzido *The Wealth of Nations*], v. 1, p. 449 [ed. bras.: *A riqueza das nações*].  
 5 Donald Winch, *Adam Smith's Politics*, capítulos 5, 6 e 7; Knud Haakonsson, *The Science of a Legislator*, p. 93-5, 160 ss.; Patricia Werhane, *Adam Smith and His Legacy for Modern Capitalism*; e Terry Z. Muller, *Adam Smith in His Time and Ours: Designing the Decent Society*, p. 140-8.

verno deve ceder aos preconceitos [do povo] e, para preservar a tranquilidade pública, estabelecer o sistema que o povo aprova.<sup>6</sup>

O uso do mercado pelo governo, em outras palavras, tinha não só propósito social como também estava sujeito a fortes restrições sociais. Por exemplo, as razões pelas quais Smith achava absolutamente irreal esperar que o livre-comércio se estabelecesse de todo na Grã-Bretanha eram estritamente sociais.

Não só os preconceitos do público, como também, de modo muito mais insuperável, o interesse particular de muitos indivíduos, se opõem terminantemente a isso. Se os oficiais do exército se opusessem a qualquer redução de suas tropas com o mesmo zelo e unanimidade com que os principais industriais se posicionam contra toda lei que possa aumentar o número de seus rivais no mercado doméstico, se os primeiros amassem seus soldados da mesma maneira com que os segundos inflamam seus trabalhadores para atacar com violência e indignação os proponentes de tal regulamentação, tentar reduzir o exército seria tão perigoso quanto hoje se tornou a tentativa de diminuir, em todo e qualquer aspecto, o monopólio que nossos fabricantes obtiveram contra nós.<sup>7</sup>

### A competição e a queda da taxa de lucro

Assim como Smith não era teórico nem defensor do capitalismo como motor da expansão econômica "interminável", também não era teórico nem defensor de mercados "autorregulados". Ao contrário da opinião geral, a ideia de que, com o tempo, a acumulação de capital tende a fazer a taxa de lucro cair e acaba pondo fim à expansão econômica não é de Marx e sim de Smith. Como veremos no capítulo 3, a versão do próprio Marx da "lei" da tendência de queda da taxa de lucro visa, na verdade, a demonstrar que a versão de Smith é excessivamente pessimista quanto ao potencial de desenvolvimento capitalista a longo prazo.

7 A ausência da argumentação e todas as citações desse parágrafo são de Donald Winch, "Science of the Legislator: Adam Smith and After", p. 504-9. A tese de que Smith teria concordado com a condenação de Polanyi ao credo liberal é minha. O próprio Polanyi é um pouco ambíguo a respeito da relação de Smith com o credo liberal. Embora critique Smith por inventar, numa leitura errada do passado, o conceito de *Homem Econômico*, ainda assim admitiu que "a riqueza era para [Smith] meramente um aspecto da vida da comunidade, a cujos propósitos permanencia subordinada [...] Não há instigação em sua obra de que os interesses econômicos dos capitalistas formem a lei da sociedade, nenhuma instigação de que seriam eles os porta-vozes secundares da providência divina que governaria o mundo econômico como entidade separada. Nela, a esfera econômica ainda não está sujeita a leis próprias que nos dão padrões de bem e de mal" (Karl Polanyi, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, p. 43-7, 111-2 [ed. bras.: *A grande transformação: os origens da nossa época*]).  
 8 Adam Smith, *The Wealth of Nations*, v. 1, p. 493-4.

7/5/2017  
A abertura de novas esferas de produção e canais de comercialização pode contribuir para a tendência de queda da taxa de lucro resulta do aumento de competição que inevitavelmente acompanha a acumulação de uma massa crescente de capital dentro de esferas de produção e canais de comércio estabelecidos.

Em qualquer país, conforme aumenta o capital, o lucro que se pode apurar com seu emprego necessariamente diminui. Torna-se cada vez mais difícil encontrar, dentro do país, um método lucrativo para empregar qualquer novo capital. Surge, como consequência, a competição entre capitais diferentes, o dono de um esforço-se para tomar posse do emprego que é ocupado por outro [...]. [Para isso, ele] deve não só vender sua mercadoria um pouco mais barato, como também, para poder obtê-la, pagar às vezes um pouco mais caro [...]. Desse modo, o lucro que se pode obter com o uso do capital diminui, por assim dizer, nas duas pontas.<sup>9</sup>

A abertura de novas esferas de produção e canais de comercialização pode contribuir para a tendência de queda da taxa de lucro. Mas se há liberdade de entrada no mercado (a "perfeita liberdade" de Smith), a tendência volta inevitavelmente sob o impacto da competição renovada.

A criação de toda nova indústria, de todo novo ramo de comércio ou de toda nova prática na agricultura é sempre uma especulação que promete a quem a projetou lucro extraordinário. Às vezes esse lucro é imenso e às vezes, talvez com mais frequência, seja bem o contrário; mas em geral não apresenta proporção regular em relação àquele das antigas atividades da região. Se o projeto dá certo, é comum que a princípio o lucro seja bem alto. Quando a prática ou o ramo de comércio se torna bem estabelecido e conhecido, a competição o reduz ao nível dos outros setores.<sup>10</sup>

Esse nível geral ao qual o lucro se reduz pode ser alto ou baixo, dependendo de produtores e fabricantes terem condições de restringir a entrada de novos participantes em suas esferas de funcionamento por meio de acordos privados ou de regulamentação governamental. Se eles não têm essas condições, o lucro diminuirá até ser considerado "tolerável" em vista dos riscos envolvidos no em-

<sup>9</sup> *Ibidem*, v. 1, p. 375. Algumas páginas adiante, Smith afirma a mesma coisa de modo mais sucinto: "Todo o capital do país aumentado, a competição entre os diferentes capitais dos quais ele se compõe naturalmente aumentaria com isso. Os proprietários desses capitais específicos seriam forçados a se contentar com uma proporção menor do produto desse trabalho que seus respectivos capitais empregam" (p. 378).

<sup>10</sup> *Ibidem*, v. 1, p. 128. Esse ponto de vista, totalmente aceito por Ricardo e Marx, anuncia de modo claro a teoria das inovações de Schumpeter (Paolo Sylos-Labini, "Competition: The Product Markets", p. 219).

E, p. 128, Smith afirma que a queda da taxa de lucro é o resultado da competição renovada.

deu o lucro e a queda da taxa de lucro seria um fenômeno positivo se fosse um reflexo da eliminação gradual dos vários tipos de barreiras monopolistas [...], ou seja, um fenômeno positivo, desde que fosse reflexo do aumento da competição e não caísse ao nível mínimo aceitável.<sup>11</sup>

Em outras palavras, para Smith, é tarefa essencial dos governos assegurar a competição dos capitalistas entre si para reduzir o lucro ao mínimo necessário para compensar o risco de investir recursos no comércio e na produção. Essa interpretação se encaixa na definição de Smith sobre os interesses contrastantes das "três grandes ordens originais e constituintes de toda sociedade civilizada", ou seja, os que vivem de renda, os que vivem de salário e os que vivem de lucro. O interesse das duas primeiras ordens (ou classes sociais, como diríamos hoje), argumenta Smith, tende a coincidir com o interesse social geral, porque o valor real da renda da terra e do salário tende a subir com a expansão econômica e cair com o declínio econômico da sociedade. Em contrapartida, o interesse dos que vivem de lucro pode se chocar com o interesse social geral, porque sempre envolve a ampliação do mercado e o estreitamento da competição. E embora "alargar o mercado possa ser, com frequência, bastante coerente com o interesse do público [...], estreitar a competição sempre será contra ele e só servirá aos negociantes, porque este aumentará seu lucro acima do que seria natural, cobrando, em benefício próprio, um tributo absurdo de seus concidadãos"<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> "A taxa de lucro ordinária mais baixa deve estar sempre um pouco acima do suficiente para compensar os prejuízos ocasionais aos quais todo emprego de patrimônio está sujeito" (Adam Smith, *The Wealth of Nations*, v. 1, p. 107-8).

<sup>12</sup> Ver Paolo Sylos-Labini, "Competition", p. 216-20.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 220; destaque do original.

<sup>14</sup> Adam Smith, *The Wealth of Nations*, v. 1, p. 276, 278.

A sociologia-histórica de Adam Smith  
p. 208, Smith afirma que a queda da taxa de lucro é o resultado da competição renovada.

... classes sociais. O conforto e a segurança da situação do proprietário de terras tornam-no, com demasiada frequência, não apenas ignorante como também incapaz daquela dedicação da mente necessária para prever e entender as consequências de toda regulamentação pública. Quanto ao que vive de salário, ele é incapaz de compreender o interesse social geral ou de entender sua ligação com seu próprio interesse. Além disso, nas deliberações públicas sua voz é pouco ouvida e menos considerada, a não ser em algumas ocasiões específicas, quando seu clamor é estimulado, atizado e apoiado por seus empregadores, não em seu interesse, mas no interesse deles. Os que vivem de lucro, em contrapartida, principalmente aqueles que empregam mais capital, atraem para si, por sua riqueza, a maior parte da consideração do público. E durante toda a vida estão envolvidos em planos e projetos, têm [...] mais conhecimento de seu próprio interesse do que aquele que vive de renda tem do dele.<sup>15</sup>

Portanto, em prol do interesse social geral, os legisladores são aconselhados a se contrapor e não ceder aos interesses e ao poder capitalista. Longe de se mostrar simpático ao capital, o conselho de Smith ao legislador era, quase invariavelmente, simpático à mão de obra.

Nossos mercadores e principais fabricantes queixam-se muito do mau efeito dos salários elevados no aumento do preço, reduzindo, portanto, a venda de suas mercadorias no país e no exterior. Nada dizem a respeito do mau efeito do lucro elevado. Silenciam em relação ao efeito pernicioso de seus próprios ganhos. Queixam-se somente dos ganhos dos outros.<sup>16</sup>

Na opinião de Smith, queixar-se de salários elevados é ainda mais injustificável porque a "remuneração liberal do trabalho" é efeito do aumento da renda nacional e ao mesmo tempo causa de aumento da população e da industrialidade da gente comum. "Queixar-se disso é lamentar o efeito necessário e a causa da maior prosperidade". Em lugar nenhum, a ligação entre salário elevado e progresso econômico foi mais evidente do que nas colônias norte-americanas.

<sup>15</sup> Ibidem, v. 1, p. 276-8.  
<sup>16</sup> Ibidem, v. 1, p. 110; também v. 2, p. 113.  
<sup>17</sup> Ibidem, v. 1, p. 90-1. Como observa Winch, não há aqui nenhuma insinuação da posterior insistência de Thomas Malhus com respeito às expectativas sinistras causadas pela redução do lucro na agricultura e pelo pauperismo em massa, queixo à qual voltaremos no capítulo 3 (Donald Winch, "Science of the Legislator", p. 513-4).

Todo colono recebe mais terra do que conseguiria cultivar. Não tem renda da terra e quase nenhum imposto para pagar. [...] Tem todos os motivos para conseguir a maior produção possível, que é, portanto, quase inteiramente sua. [...] Assim sendo, anseia por reunir trabalhadores vindos de toda parte e remunerá-los com o mais liberal dos salários. Mas esse salário liberal, somado à abundância e ao preço baixo da terra, logo faz com que os trabalhadores o abandonem para se tornar também proprietários de terras e remunerar, com igual liberalidade, outros trabalhadores, que logo os abandonam pela mesma razão por que deixaram o primeiro patrão. [...] Em outros países, arrendamentos e lucros consomem o salário e as duas ordens superiores optam em ordem inferior. Mas nas novas colônias o interesse das duas ordens superiores obriga-as a tratar a inferior com mais generosidade e humanidade, ao menos onde essa ordem inferior não se encontra em estado de escravidão.<sup>18</sup>

Entretanto, as condições da nova colônia são excepcionais, porque ela "terá sempre, por algum tempo, patrimônio de menos em relação ao tamanho de seu território e será mais subpovoada em relação ao tamanho de seu patrimônio do que a maioria dos outros países". Smith compara essa condição com aquela do país "totalmente povoado em relação ao que seu território pode sustentar ou seu patrimônio pode empregar" e com "uma quantidade de patrimônio tão grande [...] empregada em cada ramo específico quanto permitir a natureza e o tamanho do setor". Em um país assim, "a competição [...] e, conseqüentemente, o lucro ordinário seria o mais baixo possível". Smith duvida que algum país "já tenha atingido esse grau de opulência", mas menciona dois candidatos prováveis e radicalmente diferentes: China e Holanda.<sup>19</sup>

Adiante voltaremos à análise comparativa que Smith faz das condições de desenvolvimento na China, na Europa e na América do Norte. Por enquanto, observemos que, nesse contexto, Smith compara as colônias norte-americanas com a China e a Holanda para ilustrar sua concepção de desenvolvimento econômico como processo inserido em um ambiente social, institucional e físico específico e por ele limitado. Em termos mais específicos, Smith concebe o desenvolvimento econômico como o preenchimento com pessoas e capital físico ("patrimônio") de um recipiente espacial ("país"), que engloba um volume dado de recursos naturais e é configurado internamente e restringido externamente por leis e instituições. Quando o recipiente espacial tem "patrimônio de menos" e está "subpovoado" como no caso das colônias norte-americanas, há grande potencial de crescimento econômico - condição ou "estado" que Smith chama de "progressista". Em contra-

<sup>18</sup> Ibidem, v. 1, p. 103-8.  
<sup>19</sup> Ibidem, v. 1, p. 103-8.  
 O texto de Smith aqui é muito interessante, pois ele compara a situação das colônias norte-americanas com a da China e da Holanda, que eram consideradas as nações mais prósperas da época. Smith argumenta que as colônias norte-americanas tinham um grande potencial de crescimento econômico devido à sua condição "progressista", ou seja, devido à abundância de terra e à baixa taxa de impostos, o que incentivava a produção e o comércio.

partida, quando o recipiente espacial tem "patrimônio total" e está "totalmente povoado", como no caso da China e da Holanda, o potencial de crescimento econômico, caso exista, não é tão grande -- condição ou "estado" que Smith chama de "estacionário"; mas que na linguagem contemporânea seria descrito como maturidade econômica. A tarefa do legislador é dotar seus domínios de leis e instituições que possibilitem a concretização total do potencial de crescimento. Assim, para Smith, a China parecia "estar há muito estacionária" e ter "provavelmente há muito" adquirido aquele conjunto completo de riquezas que a natureza de seu solo e de seu clima e sua situação com relação aos outros países lhe permitiram adquirir.<sup>20</sup>

Entretanto, esse conjunto completo de riquezas "pode ser muito inferior àquele que, com outras leis e instituições, a natureza de seu solo, clima e situação poderiam permitir".<sup>20</sup>

Não está claro, ao menos para este leitor, até que ponto Smith achava que a mudança das leis e das instituições de um país poderia superar os limites impostos ao crescimento econômico pelo tamanho do país e pelo volume dos recursos naturais. No entanto, está claro que, como afirmou Schumpeter, o processo de desenvolvimento econômico, como entendido por Smith, não tem nenhum mecanismo inerente de superação da tendência de acomodação a um "estado estacionário" ou de permanência numa "armadilha de equilíbrio de alto nível", como Mark Elvin caracterizou a situação estacionária da China no fim do período imperial.<sup>21</sup> Smith não sugere em lugar nenhum que a mão invisível do mercado, agindo por conta própria, possa livrar a economia dessa armadilha. Se algo ou alguém pode fazer isso, é a mão visível do governo, com mudanças adequadas de leis e de instituições. Intrinsicamente ligado a isso, também está claro que, ao provocar mudanças de leis e de instituições, os governos não só são submetidos a fortes restrições sociais, como já observado, mas também reagem a contradições do processo de desenvolvimento econômico que são fundamentalmente mais sociais que econômicas.

### A divisão do trabalho e a deterioração da qualidade intelectual da população

A questão da ação do Estado em resposta às contradições sociais do desenvolvimento econômico nos leva ao terceiro mito que cerca o legado de Smith: o mito de que ele era teórico e defensor do tipo de divisão de trabalho descrito nos trechos iniciais de *A riqueza das nações*. Tornou-se famosa a afirmativa de Schumpeter

ter de que ninguém, nem antes nem depois de Smith, jamais pensou em dar à divisão de trabalho o peso que ele deu. Para Smith, "esse é praticamente o único fator de progresso econômico".<sup>22</sup> Enquanto a segunda afirmativa é um exagero, a primeira só é verdadeira com relação à divisão do trabalho entre unidades de produção independentes ligadas por trocas no mercado (a "divisão social do trabalho" de Marx) e não à divisão do trabalho dentro das unidades de produção (a "divisão técnica do trabalho" de Marx).<sup>23</sup>

Na narrativa de *A riqueza das nações*, esses dois tipos de divisão de trabalho ocupam posição estratégica oposta à que têm no primeiro volume de *O capital* de Marx. Este começa sua história pelo mercado e pela divisão social subjacente do trabalho, mas logo nos convida a deixar a "esfera barulhenta" do mercado e seguir o dono dos meios de produção e o possuidor da força de trabalho até a "morada oculta da produção" para descobrir "não só como o capital produz, mas também como o capital é produzido".<sup>24</sup> Smith, em contrapartida, começa sua história com o exemplo de uma fábrica de alfinetes para ilustrar como a divisão de trabalho melhora a força produtiva da mão de obra. A partir daí, no entanto, ele deixa a morada oculta da produção e concentra-se na divisão social do trabalho (entre cidade e campo ou entre atividades e setores econômicos); nas trocas de mercado que ligam as unidades especializadas em diferentes atividades econômicas; na competição que promove mais divisão e especialização do trabalho entre ramos de comércio e de produção; e no que os governos podem fazer para promover, regulamentar e aproveitar a sinergia entre competição e divisão do trabalho. É só ao detender a ação do governo na educação das massas, perto do final de *A riqueza das nações*, que Smith volta implicitamente à divisão técnica do trabalho. Mas em vez de enaltecê-la seus efeitos positivos sobre o poder produtivo da mão de obra, como faz no início da história, agora denuncia seu efeito deletério sobre a força de trabalho.

Com o progresso da divisão do trabalho, o emprego da imensa maioria daqueles que vivem do trabalho, ou seja, da maior parte do povo, passa a se limitar a algumas operações muito simples, com frequência a uma ou duas. Mas a compreensão da maior parte dos homens forma-se necessariamente a partir de sua atividade ordinária. O homem que passa a vida realizando algumas operações simples, cujos efeitos também são, tal-vez, sempre os mesmos ou quase os mesmos, não tem oportunidade de exercer seu entendimento ou de exercer sua inventividade para descobrir expedientes e remover

<sup>20</sup> Ibidem, v. 1, p. 106.

<sup>21</sup> Mark Elvin, *The Pattern of the Chinese Past*, p. 314, e capítulo 11 a seguir.

<sup>22</sup> Joseph Schumpeter, *History of Economic Analysis*, p. 187 [ed. bras.: *História da análise econômica*].

<sup>23</sup> Karl Marx, *Capital* (1959), v. 1, p. 350-6 [ed. bras.: *O capital*].

<sup>24</sup> Ibidem, p. 176.

Foto de...  
Adam Smith em Pequim...  
A sociologia histórica de Adam Smith

Adam Smith em Pequim  
Associação Histórica de Adam Smith  
19/11/2019  
Associação Histórica de Adam Smith  
19/11/2019

dificuldades que nunca surgem. Portanto, ele perde naturalmente o hábito desse esforço e, em geral, torna-se tão estúpido e ignorante quanto pode se tornar uma criatura humana [...]. Ele é totalmente incapaz de julgar os grandes e extensos interesses de seu país e a menos que haja um esforço bem específico para fazer dele algo diferente, também é incapaz de defender seu país na guerra [...]. Isso corrrompe até mesmo a atividade de seu corpo e torna-o incapaz de exercer sua força com vigor e perseverança em todo e qualquer emprego diferente daquele para o qual foi criado. Desse modo, a destreza em sua atividade específica parece ser adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Mas em toda sociedade refinada e civilizada, é esse o estado em que cairá necessariamente o pobre trabalhador, ou seja, a maior parte do povo, a menos que o governo se esforce para impedi-lo.<sup>25</sup>

Deixando de lado, por enquanto, o efeito negativo da divisão técnica do trabalho sobre as virtudes marciais, seu efeito negativo sobre a capacidade de julgar o interesse nacional é coerente com a má opinião observada anteriormente em Smith a respeito da capacidade de quem vive de salário de "compreender o interesse social geral ou de entender sua ligação com seu próprio interesse". No entanto, ao afirmar que a divisão técnica do trabalho reduz a capacidade do trabalhador assalariado de descobrir expedientes inteligentes e criativos para remover dificuldades de seu próprio serviço ou de realizar com eficácia serviços que sejam "diferentes daquele para o qual foi criado", Smith parece contradizer a tese anterior de que o mesmo fenômeno melhora o poder produtivo da mão de obra. E. G. West, por exemplo, encontra "notável incoerência" entre essas duas teses, principalmente diante do fato de que uma das razões pelas quais Smith espera que a divisão de trabalho melhore a produtividade do trabalho é porque ela aumenta a inventividade dos trabalhadores ao direcionar toda sua atenção para a descoberta de métodos mais fáceis ou mais rápidos de realizar operações simples.<sup>26</sup>

Nathan Rosenberg, contrapondo-se a West, argumentou que, "embora a divisão de trabalho tenha efeitos potencialmente desastrosos sobre as qualidades morais e intelectuais da força de trabalho e embora Smith se preocupasse a sério com esses efeitos, ele não temia que isso constituisse impedimento grave à contínua mudança tecnológica."<sup>27</sup> Em apoio a esse argumento, Rosenberg ressalta que, para Smith, as inovações tecnológicas tinham duas fontes, além da inventividade dos trabalhadores a atividade dos produtores de bens de capital e a atividade daqueles que Smith chamava de "filósofos", e que hoje chamaríamos de cientistas.

<sup>25</sup> Adam Smith, *The Wealth of Nations*, v. 2, p. 302-3.

<sup>26</sup> Edwin G. West, "Adam Smith's Two Views on the Division of Labour", p. 26.

<sup>27</sup> Nathan Rosenberg, "Adam Smith on the Division of Labour: Two Views of One?", p. 138-9.

Associação Histórica de Adam Smith  
19/11/2019  
Associação Histórica de Adam Smith  
19/11/2019

que tiveram ocasião de usar as máquinas. Muitas melhorias foram feitas pela engenhosidade dos fabricantes das máquinas, quando fazê-las se tornou negócio de um ramo específico; e algumas por aqueles ditos filósofos ou homens de especulação, cuja profissão é nada fazer, mas tudo observar; e que, por isso, muitas vezes são capazes de combinar os poderes dos objetos mais distantes e dessemelhantes. Com o progresso da sociedade, a filosofia ou a especulação torna-se, como todas as outras profissões, negócio ou ocupação principal de uma classe específica de cidadãos. Como todos os outros empregos, ela também é subdividida num grande número de ramos diferentes, cada um dos quais dá ocupação a uma tribo ou classe específica de filósofos; e essa subdivisão [...] como em todos os outros ramos, melhora a destreza e poupa tempo. Cada indivíduo se torna mais especializado em seu ramo específico, mais trabalho é feito no total, e a quantidade de ciência é assim consideravelmente aumentada.<sup>28</sup>

Rosenberg sugere que, no esquema de Smith, a importância relativa dessas três fontes de mudança tecnológica (produtores diretos, produtores de meios de produção e filósofos/cientistas) varia com o progresso da divisão de trabalho. Nos primeiros estágios desse progresso, o nível de conhecimento e de compreensão da maioria da população é considerável, e todos os envolvidos no processo de produção podem contribuir com as inovações simples, mas necessárias para poupar tempo e energia e superar dificuldades. Quanto mais avança a divisão de trabalho, menor a capacidade da maioria da população de contribuir para a mudança tecnológica, em parte por causa da crescente complexidade das inovações e em parte por causa da crescente atrofia do intelecto, associada ao trabalho, cada vez mais monótono e uniforme. No entanto, enquanto o nível modal de conhecimento e compreensão encolhe, a especialização extensiva na produção de conhecimento apropriadamente dito permite níveis mais elevados de realização científica, o que gera oportunidades únicas e sem precedentes de progresso técnico.<sup>29</sup> Como explica o próprio Smith,

Embora numa sociedade incivilizada haja bastante variedade nas ocupações dos indivíduos, na sociedade como um todo isso não acontece. Todo homem faz ou é capaz de fazer quase tudo que qualquer outro homem faz ou é capaz de fazer. Todo homem tem um grau considerável de conhecimento, engenhosidade e capacidade de invenção; mas pouquíssimos homens têm um grau elevado dessas qualidades. Entretanto, o grau que comumente se tem costuma ser suficiente para conduzir qualquer atividade simples da sociedade. No Estado civilizado, ao contrário, embora haja pouca variedade nas ocupa-

<sup>28</sup> Adam Smith, *The Wealth of Nations*, v. 1, p. 14.

<sup>29</sup> Nathan Rosenberg, "Adam Smith on the Division of Labour", p. 136-7.

Variedade 22

Adam Smith em Pequim

Handwritten notes in the top right margin, including the name 'Adam Smith em Pequim' and some illegible scribbles.

ções da maior parte dos indivíduos, há uma variedade quase infinita delas na sociedade como um todo. Essas ocupações Variadas apresentam uma variedade quase infinita de objetos para a contemplação dos poucos que [...] têm tempo e gosto para examinar a ocupação dos outros. A contemplação de variedade tão grande de objetos exercita necessariamente sua mente em comparações e combinações infinitas e torna seu entendimento, ao mesmo tempo e em grau extraordinário, agudo e abrangente.<sup>30</sup>

A interpretação que Rosenberg faz desse trecho como um retrato da troca dos produtores diretos pelos cientistas como principais agentes da mudança da técnica e da organização produtiva é válida, desde que a limitemos em dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, a troca em questão é coerente com a concepção de Smith de desenvolvimento econômico como processo inserido em determinado ambiente físico, institucional e social e por ele limitado. Ela simplesmente especifica os mecanismos pelos quais, de um lado, a expansão do mercado nacional de vida ao crescimento da renda e, de outro, a divisão de trabalho cada vez maior sustentam uma à outra num círculo virtuoso de crescimento econômico, desde que o recipiente territorial no qual ambas estão contidas consiga acomodar a massa sempre crescente de capital sem fazer a taxa de lucro cair abaixo do nível mínimo aceitável. Mas Smith não sugere em lugar nenhum que o aumento da divisão do trabalho possa, por si só, impedir que a economia fique presa em uma armadilha de equilíbrio de alto nível (seu "estado estacionário"), caso o recipiente contenha "excesso de patrimônio" e "excesso de população". Como observamos anteriormente, apenas a não visível do governo pode livrar a economia dessa armadilha por intermédio de mudanças adequadas de leis e de instituições.

Em segundo lugar, apesar de usar uma fábrica de alfinetes para ilustrar os efeitos positivos da especialização sobre a força produtiva da mão de obra, o trecho citado acima e seu contexto geral deixam claríssimo que Smith atribui os efeitos mais positivos sobre essa força produtiva ao surgimento de unidades e ramos especializados da produção (isto é, à maior divisão social do trabalho), mais do que à especialização dos papéis da mão de obra dentro das unidades propriamente ditas (isto é, à maior divisão técnica do trabalho). Em outras palavras, os dois fatos que, para Smith, são mais importantes para o aumento da força produtiva do trabalho são o surgimento de um setor especializado na produção de bens de capital e o surgimento de indivíduos e de organizações especializados na produção de conhecimento científico. Embora ambos dependam do aumento do tamanho do mercado, não dependam necessariamente, ao contrário do surgimento de papéis

<sup>30</sup> Adam Smith, *The Wealth of Nations*, v. 2, p. 304.

especializados no trabalho, de um aumento do tamanho das unidades de produção ligadas ao mercado.

O total ceticismo de Smith quanto à eficiência e à utilidade das grandes empresas reforça ainda mais essa tese. Esse ceticismo é evidente não só por seu já discutido conselho aos governos para que combatam o poder das grandes empresas, como também por sua visão negativa a respeito das sociedades anônimas. "Essas companhias, embora talvez possam ter sido úteis para iniciar alguns ramos do comércio e fazer à própria custa, uma experiência que o Estado talvez não achasse prudente, mostraram-se, a longo prazo e universalmente, incômodas ou inúteis, e administraram mal ou confinaram o setor."<sup>31</sup> Como os acionistas "raramente tentam entender alguma coisa dos negócios da companhia" e "não se dão o trabalho de fazê-lo, mas recebem contentes os dividendos semestrais ou anuais, segundo o que os diretores acharem adequado pagá-los",

Negligência e prodigalidade [...] sempre predominar, mais ou menos, na administração dos negócios desse tipo de companhia. É por isso que as sociedades anônimas criadas para o comércio exterior [...] muito raramente tiveram sucesso sem contar com privilégio exclusivo; e, com frequência, nem com ele tiveram sucesso. Sem privilégio exclusivo, elas comumente administraram mal o setor. Com privilégio exclusivo, administraram-no mal e confiaram-no.<sup>32</sup>

"Negligência e prodigalidade" administrativa não são as únicas razões do mau desempenho das sociedades anônimas. A falta de flexibilidade para se adaptar às condições locais também é importante no caso de companhias que operam ao mesmo tempo em vários mercados nacionais sem privilégios exclusivos – ou seja, companhias que se assemelham bastante às multinacionais de hoje.

Comparar num mercado para vender, com lucro, em outro, quando há muitos concorrentes em ambos; vigiar não só as variações ocasionais da demanda, mas também as variações muito maiores e muito mais frequentes da concorrência ou da oferta que aquela demanda provavelmente vai gerar em outros; e ajustar, com destreza e bom senso, a quantidade e a qualidade de cada sortimento de bens a todas essas circunstâncias é uma espécie de guerra cujas operações mudam com frequência e praticamente não podem ser realizadas com sucesso sem que se exerça aquela vigilância e aquela atenção incansáveis que não se pode esperar por muito tempo de diretores de uma sociedade anônima.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> *Ibidem*, v. 2, p. 255.

<sup>32</sup> *Ibidem*, v. 2, p. 264-5.

<sup>33</sup> *Ibidem*, v. 2, p. 278.





Os habitantes da cidade, por estarem reunidos num só lugar, podem se misturar com facilidade. Do mesmo modo, o comércio mais insignificante realizado nas cidades [...] formou corporações; e mesmo onde isso nunca ocorreu, predomina o espírito corporativista, a desconfiança contra os estrangeiros, a aversão a ter aprendizes ou a transmitir os segredos da profissão em geral, e muitas vezes lhes ensina, por associações e acordos voluntários, a impedir toda livre competição que não conseguem proibir com leis e estatutos locais [...]. Os habitantes do campo, [ao contrário] dispersos por lugares distantes, não podem se misturar com facilidade. Não só nunca formaram corporações, como o espírito corporativista nunca predominou entre eles.<sup>43</sup>

Essa diferença entre a situação urbana e a situação rural, muitas vezes apoiada pela legislação, permite aos "habitantes da cidade elevar seu preço sem temer o preço mais baixo oferecido pela livre competição do homem do campo [...] [e] de estrangeiros". Embora sejam os "senhores de terras, fazendeiros e trabalhadores do campo" que acabem pagando esse preço mais alto, eles raramente se opõem aos monopólios urbanos apoiados pelo Estado, porque "o clamor e a argúcia de mercadores e fabricantes nos convencem facilmente de que o interesse privado de uma parte, e de uma parte subordinada da sociedade, é o interesse geral do todo".<sup>44</sup> Smith repete aqui o argumento discutido anteriormente sobre a capacidade que têm aqueles que vivem do lucro de impor à sociedade o interesse de uma classe, que não corresponde ao interesse geral. Mas ao fazer isso, ele mostra a distinção entre trabalhadores rurais e urbanos que faltava na discussão acerca dos interesses de classe daqueles que vivem de lucro, de renda e de salário. Afinal, diz-se que a relação de troca desigual entre a cidade e o campo beneficia não só os mercadores e os fabricantes que promovem sua criação, como também os trabalhadores urbanos.

É nesse contexto que Smith afirma que o trabalhador rural está menos sujeito que o operário industrial aos efeitos negativos da divisão técnica do trabalho. Embora "em geral considerado o padrão da estupidéz e da ignorância", ao trabalhador rural comum "raramente falta o juízo e o discernimento" necessários para manusear a grande variedade de instrumentos e materiais com que trabalha. "Seu entendimento [...] acostumado a levar em conta uma variedade maior de objetos, costuma ser muito superior ao do outro, cuja atenção toda, de manhã à noite, costuma se ocupar com uma ou duas operações bem simples." Além disso, as condições insuportáveis da produção agrícola, "com cada mudança de clima, assim como muitos outros acidentes", exigem constantemente muito juízo e discernimento do trabalhador rural, estimulando-os assim em grau muito maior do que

<sup>43</sup> Adam Smith, *The Wealth of Nations*, v. 1, p. 140-1; ver também v. 2, p. 483-4.  
<sup>44</sup> *Ibidem*, v. 1, p. 142-3.

nos trabalhadores urbanos, que enfrentam condições de produção "que são sempre as mesmas ou quase as mesmas". Na verdade, quando têm oportunidade de se tornar pequenos proprietários, os trabalhadores rurais são empresários melhores do que os grandes proprietários<sup>45</sup>.

Na ausência de restrições à competição nas áreas urbanas, a inteligência e o talento superiores dos trabalhadores rurais vão se refletir na posição e no salário superiores destes em relação aos trabalhadores urbanos, como se dizia ocorrer em países que seguiam o caminho "natural" de desenvolvimento, como a China. Mas em países onde se seguiu o caminho "antinarural", como na Europa, valla o contrário. No entanto, Smith observa que, ao menos na Grã-Bretanha, esse estado de coisas "antinarural" vinha mudando sob o peso da própria contradição.

Essa mudança pode ser considerada consequência necessária, embora muito tardia, do enriquecimento extraordinário dado à indústria de cidades. O patrimônio nelas acumulado torna-se tão grande com o tempo que [...] por aumentar a concorrência, reduz necessariamente o lucro. A redução do lucro na cidade empulsa o patrimônio para o campo, onde, ao criar nova demanda de mão-de-obra rural, aumenta necessariamente os salários. Então ele se espalha [...] pela face da terra e, por ser empregado na agricultura, é devolvido em parte ao campo, à custa do qual, em grande medida, fora originalmente acumulado nas cidades.<sup>46</sup>

O conselho de Smith ao legislador é facilitar essa convergência espontânea do caminho "antinarural" para o "natural". Ao resumir as razões de seu conselho, ele afirma que "o maior objetivo da economia política de todos os países é aumentar as riquezas e o poder desse país". Mesmo assim, o capital "adquirido em cada país pelo comércio e pela manufatura é uma posse muito precária e incerta", a não ser que, ao menos em parte, "tenha sido assegurado e concretizado no cultivo e no aprimoramento de suas terras".

Já se disse com muita propriedade que o mercador não é necessariamente cidadão de nenhum país em particular. Em grande medida, é indiferente para ele em que lugar realiza seu comércio; e o desgosto mais fútil o levará a remover seu capital, e com ele toda a indústria que sustenta, de um país para outro. Não se pode dizer que alguma parte dele pertença a algum país em particular, até que, por assim dizer, tenha se espalhado pela face daquele país, seja em prédios ou no duradouro aprimoramento das terras [...]. As revoluções ordinárias da guerra e do governo espelham facilmente as fon-

<sup>45</sup> *Ibidem*, v. 1, p. 141-2, 410-9.

<sup>46</sup> *Ibidem*, v. 1, p. 142-3. Sobre a remuneração do trabalho agrícola em relação ao trabalho industrial ser maior na China do que na Europa, ver também *Ibidem*, v. 2, p. 201.

7/15, *questões sobre Férias, Capital, Antinarural, Convergência*

tes daquela riqueza que brota tão-somente do comércio. Aquela que brota dos apri-  
mentos mais sólidos da agricultura é muito mais duradoura e não pode ser destruída  
senão pelas convulsões mais violentas ocasionadas por ataques destruidores de nações  
hostis e bárbaras no decorrer de um ou dois séculos inteiros.<sup>47</sup>

### Riqueza e poder

A ligação entre "riquezas" e "poder" feita por Smith ao resumir as razões para  
defender a maior convergência entre o caminho "antinatural" europeu de desenvol-  
vimento e o caminho mais "natural" leva-nos de volta à sua concepção de economia  
política como "ramo da ciência do estadista ou do legislador".<sup>48</sup> A riqueza, como diz  
o sr. Hobbes, é poder. Imediatamente depois de citar Hobbes, Smith delimita sua  
concordância, acrescentando que "a pessoa que adquire ou herda uma grande for-  
tuna não adquire ou herda necessariamente o poder político, seja civil ou militar".  
A riqueza pode dar ao seu possuidor "os meios de adquirir a ambos", mas "também  
não os transmite necessariamente a ele". O poder que realmente transmite "imediate-  
ta e diretamente" é "o poder de comprar; um certo comando sobre todo o trabalho,  
ou todo produto do trabalho que está no mercado".<sup>49</sup>

Como ressaltou Albert Hirschman, substituir o poder transmitido através do  
controle dos meios de violência pelo poder transmitido através da posse da riqueza  
era, para Smith, o efeito mais positivo do desenvolvimento do comércio e da indús-  
tria.<sup>49</sup> Antes desse desenvolvimento, os grandes proprietários de terra não tinham  
melhor uso para sua produção excedente do que sustentar um grande número de  
serviçais, que dependia inteiramente deles e formava um exército particular. Nessas  
circunstâncias, era muito difícil para o governo central restringir a violência dos  
grandes senhores, "que [declaravam] guerra segundo seus caprichos, quase sempre  
uns contra os outros e com grande frequência contra o rei" e transformavam o cam-  
po aberto em um "cenário de violência, rapinagem e desorden". Mas o que o poder  
político e militar do governo central não conseguia, "o funcionamento silencioso e  
imperceptível do comércio e da manufatura exterior provocou aos poucos".

Aos poucos, eles deram aos grandes proprietários algo que podia ser trocado por todo  
o excedente de produção de suas terras e que eles mesmos podiam consumir sem ter de

<sup>47</sup> Ibidem, v. I, p. 394, 444-5.

<sup>48</sup> Ibidem, v. I, p. 35.

<sup>49</sup> Albert O. Hirschman, *The Passions and the Interests: Political Arguments for Capitalism before Its  
Triumph*, p. 100-2 [ed. bras.: *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes  
do seu triunfo*].

*Grave conquista do desenvolvimento, do comércio e das indústrias. Foi o comércio exterior que...*

*Princípio de riqueza, mas não de poder. Mas isso cria uma situação de...*

dividir com seus rendeiros ou apaunderados. [...] Talvez por um par de fivelas de dia-  
mante, ou por algo igualmente frívolo e inútil, trocam a manutenção [...] de mil ho-  
mens durante um ano e, com isso, todo o peso e autoridade que estes poderiam lhes  
dar [...]; e assim, para gratificar a mais infântil e mais cruel e a mais sórdida de todas  
as vaidades, trocaram gradualmente todo seu poder e autoridade [...] [e] tornaram-se  
tão insignificantes quanto qualquer burguês ou comerciante mais remediado da cida-  
de. O governo regular estabeleceu-se tanto no campo quanto na cidade, e ninguém  
tem poder suficiente para perturbar seu funcionamento seja em um, seja em outro.<sup>50</sup>

Aqui Smith parece esquecer que, embora a riqueza não se traduza imediata e  
diretamente em poder político, é ela que fornece os meios para adquiri-lo de  
modo mais indutor, e que, em outro trecho, ele descreveu a maneira como mer-  
cadores e fabricantes urbanos (cujo poder e autoridade são aqui considerados  
insignificantes) tinham capacidade de impor ao Estado e à sociedade seu interes-  
se particular contra o interesse nacional. Como veremos no capítulo 3, a concep-  
ção reduitiva que Smith faz do dinheiro como simples meio de pagamento limita  
sua capacidade de ver a relação de longo prazo e em grande escala entre a busca  
do lucro e a busca do poder. No entanto, no presente contexto, podemos resolver  
a aparente contradição entre as afirmativas opostas de Smith quanto ao funciona-  
mento do comércio exterior e da manufatura - de que fortaleceram o governo  
central e de que criaram forças poderosas que interferiram na capacidade do go-  
verno central de defender o interesse nacional - se observarmos que elas se refe-  
rem a funções e "estímulos" diferentes do desenvolvimento nacional.

A primeira afirmativa refere-se à centralização do uso legítimo da violência no  
território de um Estado nacional existente ou prestes a existir. Nesse aspecto,  
Smith condena a existência de líderes guerreiros e saúde o papel que o funciona-  
mento da manufatura e do comércio exterior teve na derrocada desse sistema eu-  
ropeu peculiar ("feudalismo"), por meio da expansão das trocas de mercado das  
áreas urbanas para as rurais. Em contraste, a segunda afirmativa refere-se a uma  
situação em que o uso legítimo da violência foi centralizado com sucesso e a eco-  
nomia de mercado nacional instalou-se por completo. Nessas circunstâncias, o  
superdesenvolvimento "antinatural" das manufaturas e do comércio exterior  
torna-se o principal obstáculo à capacidade do governo central de promover o  
interesse nacional. Daí o conselho de Smith ao legislador de contrabalançar o po-  
der de mercadores e fabricantes fazendo-os competir entre si para baixar preços e

*Em um momento de consideração do Estado inglês, as cidades foram...*

*BR*

do controle dos proprietários de terra sobre os meios de violência; na segunda, vem do controle dos mercadores e fabricantes sobre a riqueza. Mas em ambas as situações, a maior preocupação de Smith é o estabelecimento e a preservação da capacidade do governo central de promover o interesse nacional.

É claro que a promoção do interesse nacional contra ameaças e resistências internas está intimamente relacionada à sua promoção na arena internacional, e Smith nunca deixa dúvidas de que "proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outras sociedades independentes" é "o primeiro dever do soberano" e "tem muito mais importância que a opulência". No interesse da defesa nacional, ele se dispõe, portanto, a apoiar políticas que, em sua opinião, têm efeitos negativos sobre a riqueza da nação. "Se alguma manufatura específica for necessária [...] para a defesa da sociedade, talvez nem sempre seja prudente depender dos vizinhos para o seu fornecimento; e se essa manufatura não puder ser mantida internamente, talvez não seja insensato que todos os outros ramos da indústria sejam tributados para sustentá-la." Do mesmo modo, Smith classifica a Lei da Navegação de 1651, que deu aos navios britânicos o monopólio do comércio britânico, como "talvez o mais sábio de todos os regulamentos comerciais da Inglaterra", ainda que tenha "nascido da animosidade nacional" e não de considerações econômicas.

"Naquela época específica, a animosidade nacional visava ao mesmíssimo objetivo que a sabedoria mais deliberada recomendaria: a diminuição do poder naval da Holanda, única potência naval que poderia ameaçar a segurança da Inglaterra."<sup>31</sup>

Smith via grande contradição entre a necessidade de defesa nacional e o desenvolvimento econômico nacional. O aumento da riqueza nacional torna o país um alvo mais atraente para os vizinhos mais pobres. Mas a divisão de trabalho da qual depende o aumento da riqueza nacional solapa as virtudes marciais do grande corpo da população. Em nações de pastores e de agricultores, com pouco comércio exterior e somente manufaturas domésticas, "todo homem [...] é guerreiro ou logo se transforma em guerreiro". Não é o que ocorre em nações de trabalhadores industriais, comerciais e agrícolas especializados, que não foram preparados para a guerra-pelo seu emprego, nem têm tempo para se dedicar a exercícios marciais. Com o progresso da riqueza nacional e da divisão do trabalho, "o grande corpo do povo torna-se [assim] totalmente antimarcial [...] e a menos que o Estado tome novas providências para a defesa pública, os hábitos naturais do povo tornam-no totalmente incapaz de se defender."<sup>32</sup>

Revisões de Adam Smith, The Wealth of Nations, v. 2, p. 216-20.  
Science of a Legislator, p. 93-5, 160 ss.  
Ibidem, v. 1, p. 486-7, v. 2, p. 28, 213. Para uma discussão detalhada, ver Knud Haakonsson, The Science of a Legislator, p. 93-5, 160 ss.  
Ibidem, v. 2, p. 216-20.  
"virtudes" guerreiras de um povo.

Adam Smith, The Wealth of Nations, v. 2, p. 216-20.  
Science of a Legislator, p. 93-5, 160 ss.  
Ibidem, v. 1, p. 486-7, v. 2, p. 28, 213. Para uma discussão detalhada, ver Knud Haakonsson, The Science of a Legislator, p. 93-5, 160 ss.  
Ibidem, v. 2, p. 216-20.  
"virtudes" guerreiras de um povo.

o estado da mecânica, assim como o de alguns outros ofícios aos quais ela necessariamente está ligada, determina o grau de perfeição com que [o ofício da guerra] pode ser realizado em qualquer momento específico. Mas para levar a esse grau de perfeição, é necessário que ele se torne a única ou principal ocupação de uma classe específica de cidadãos, e a divisão do trabalho é tão necessária para o aperfeiçoamento desse ofício quanto para o de outro qualquer.<sup>33</sup>

No entanto, a ampliação da divisão do trabalho para o ofício da guerra não pode se basear na iniciativa privada. Nos outros ofícios, "a divisão do trabalho é introduzida naturalmente pela prudência dos indivíduos", mas somente o Estado pode induzir o cidadão particular "a dedicar a maior parte de seu tempo a essa ocupação peculiar". De acordo com esse ponto de vista, a criação do exército regular moderno tem várias vantagens sobre o uso de milícias irregulares. Permite maior especialização das atividades militares; inculca as qualidades da regularidade, da ordem e da pronta obediência ao comando, que, "nos exércitos modernos, têm mais importância [...] que a destreza e o talento dos soldados no uso das armas"; e "estabelece, com força irresistível, a lei do soberano nas províncias mais remotas do império e mantém algum grau de governo regular em países que, não fosse assim, não admitiriam nenhum".<sup>34</sup>

Até na discussão da defesa nacional, Smith retorna à sua imensa preocupação com a centralização do poder nas mãos do governo nacional. Mas ao concluir essa discussão com a "grande mudança-entendida no ofício da guerra pela invenção das armas de fogo", ele levanta questões para as quais a riqueza das nações não oferece resposta coerente. Ele nos diz que o principal efeito dessa grande mudança foi aumentar "ainda mais tanto a despesa de treinar e disciplinar um número qualquer de soldados em tempos de paz quanto de usá-los em tempos de guerra". O aumento e a munição encareceram muito, assim como as fortificações de que a cidade necessita "para resistir, mesmo que por algumas semanas, ao ataque da artilharia [moderna]". O resultado inevitável foi uma verdadeira revolução nas relações internacionais.

Revisões de Adam Smith, The Wealth of Nations, v. 2, p. 216-20.  
Science of a Legislator, p. 93-5, 160 ss.  
Ibidem, v. 1, p. 486-7, v. 2, p. 28, 213. Para uma discussão detalhada, ver Knud Haakonsson, The Science of a Legislator, p. 93-5, 160 ss.  
Ibidem, v. 2, p. 216-20.  
"virtudes" guerreiras de um povo.

... a guerra moderna, a grande despesa com armas de fogo dá vantagem evidente à nação que puder suportar melhor tal despesa; consequentemente, à nação opulenta e civilizada contra a nação pobre e bárbara. Antigamente, a nação opulenta e civilizada achava difícil se defender das nações pobres e bárbaras. Nos tempos modernos, a nação pobre e bárbara acha difícil se defender das nações opulentas e civilizadas. A invenção das armas de fogo [...] com certeza é favorável tanto à permanência quanto à ampliação da civilização.<sup>55</sup>

### MARX, SCHUMPETER E A ACUMULAÇÃO "INTERMINÁVEL" DE CAPITAL E PODER

Surtem de imediato dois conjuntos de perguntas. Em primeiro lugar, é possível que as vantagens conferidas às nações ricas pela guerra moderna, mantidas todas as outras condições, sejam maiores no caminho "antinatural" do que no caminho "natural" de desenvolvimento econômico, dado o papel maior que a indústria, o comércio exterior e a navegação desempenham nas primeiras? E se for assim, como a preferência de Smith pelo caminho "natural" de desenvolvimento pode ser conciliada com a prioridade que ele atribui à defesa em detrimento da opulência? Ou, dito de outro modo, as nações "opulentas e civilizadas" que se desenvolvem no caminho "natural" não se expõem à agressão de nações menos "opulentas e civilizadas" que se desenvolvem no caminho "antinatural", como já ocorria com a Índia na época do próprio Smith e logo ocorreria também com a China? *Erysegundo lugar*, e em relação íntima com as perguntas anteriores, se a riqueza buscada no caminho "antinatural" é fonte de força militar superior e se a força militar superior foi a razão pela qual os europeus puderam se apropriar dos benefícios da maior integração da economia global à custa das nações não europeias, fossem estas "bárbaras" ou "civilizadas", como sustenta Smith no trecho citado na "Introdução" deste livro, como é que o "comércio de todos os países para todos os países" poderia provocar a "igualdade de forças" entre as nações do mundo, como ele afirmou? Que forças, se que é que existe alguma, impediriam que esse comércio gerasse um círculo virtuoso de enriquecimento e de aumento de poder para os povos de origem europeia e um círculo vicioso de empobrecimento e de perda de poder para a maioria dos outros povos?

Essas perguntas vão bem além do horizonte da sociologia histórica de Smith. No entanto, são fundamentais para o que nos interessa. Para respondê-las, precisamos dar um passo atrás para reexaminar as diferentes concepções de desenvolvimento econômico descritas no capítulo I e um passo à frente para ver que luz as teorias de desenvolvimento capitalista de Marx e de Schumpeter podem lançar sobre o ocaso e o ressurgimento da Ásia oriental como principal região de desenvolvimento mundial. *Se foi verdade q. a guerra conferiu vantagens no caminho natural de desenvolvimento econômico, a guerra não é favorável à permanência da civilização.*

Colombo *Se foi verdade q. a guerra conferiu vantagens no caminho natural de desenvolvimento econômico, a guerra não é favorável à permanência da civilização.*

A reconstrução anterior da sociologia histórica de Adam Smith confirma que a "descoberta" de Smith em Pequim, discutida no capítulo I, não é miragem. Não só o próprio Smith vê a China do fim do período imperial como exemplo de desenvolvimento com base no mercado, como via também que ela tinha avançado *quase até onde podia chegar* aquele desenvolvimento. Digo "quase" porque Smith achava que o maior envolvimento no comércio exterior, sobretudo se realizado com navios chineses, poderia aumentar ainda mais a riqueza nacional da China. Apesar dessa desvantagem, Smith considerava a China, mais que a Europa, o modelo de desenvolvimento econômico com base no mercado mais aconselhável a ser promovido pelos governos.

Nesse aspecto, a tese de Frank de que, segundo Smith, a "Europa chegou atrasada ao desenvolvimento da riqueza das nações" é verdadeira apenas em parte. Smith acreditava que o desenvolvimento econômico da Europa ocorria em condições menos favoráveis que a China e, ao mesmo tempo, ao longo de um caminho "natural", que ele considerava menos favorável ao interesse nacional do que o caminho "natural" da China. No entanto, em sua opinião, a Holanda atingiu uma situação de opulência semelhante à da China, ainda que em escala geográfica incomparavelmente menor.

Em termos mais gerais, o problema da noção de crescimento smithiano usada por Wong, Frank e Pomeranz, assim como por seus críticos (ver o capítulo I), é que Smith teorizou que o desenvolvimento econômico ocorria não em um único caminho, mas em dois: o "antinatural" ou baseado no comércio exterior, típico da Europa, e o "natural" ou baseado no comércio interno, típico da China. Como *Colombo* *P. Wong e Verónica q. Europa vive através de opor*